



2024

V.17

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Artigos Originais

AO

Research Article





Pensar o diferente na História: Um balanço da historiografia cigana do século XIX ao século XXI

Thinking the different in History: A review of Roma historiography from the 19th to the 21st century

Lenilson Rocha Portela

lenilsonrp@ufpi.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-8318-8253> 

Universidade Federal de Jataí, Ministério da Igualdade Racial, Universidade Federal do Piauí, José de Freitas - PI, Brasil

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

franciscoufpi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1955-8891> 

Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina - PI - Brasil



Resumo

O presente artigo busca estabelecer uma análise da produção historiográfica sobre os ciganos entre os séculos XIX e XXI. A partir disso, buscamos mapear as principais publicações sobre essa minoria étnica produzidas no Brasil e Portugal nesses três séculos, em língua portuguesa. Após indicação dos elementos introdutórios, a escrita segue apontando a dificuldade de inclusão historiográfica desses sujeitos para, em seguida, pensar sobre as três fases de desenvolvimento de estudos sobre os ciganos. A primeira etapa é caracterizada pela produção etnográfica e folclorista, e o segundo momento é de protagonismo dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação no Brasil e, por fim, de debates promovidos no seio de movimentos políticos e instituições jurídicas de defesa da causa cigana. Os textos apresentados variam em estilo, ênfase, fontes, aporte teórico, recortes espacial e geográfico, mas de algum modo tentam preencher a lacuna existente na produção do conhecimento sobre povos ciganos no Brasil e no mundo ocidental. A historiografia cigana se encontra em situação limitada de desenvolvimento, em função de questões como: a dificuldade de parte dos centros de produção de conhecimento em percebê-los como sujeitos históricos e políticos; a ausência de orientadores capacitados para orientação desse tema; o pouco interesse dos historiadores; e o acesso limitado aos seios das comunidades de ciganos, que transmitem a sua cultura e história via oralidade. A proposta deste estudo se baseia nas discussões apresentadas por Rodrigo Corrêa Teixeira, François Laplatine e Geraldo Pieroni.

Palavras-chave

História da historiografia. Antropologia histórica. Cultura historiográfica.

Abstract

This article analyzes the historiographic production on the Roma people between the 19th and 21st centuries. We seek to map the main publications on this ethnic minority produced in Brazil and Portugal during these three centuries. After indicating the introductory elements, we point out the difficult historiographical inclusion of marginalized subjects and then reflect on the three stages of Roma studies. The first is characterized by ethnographic and folklorist production, followed by a second moment spearheaded by the works developed in Brazilian graduate programs and, finally, debates promoted by political movements and legal institutions defending the Roma case. These texts vary in style, emphasis, fonts, theoretical background, spatial and geographical scopes, but they all try to bridge this knowledge gap on Roma peoples in Brazil and the western world. Roma historiography faces limited development due to the difficulty of certain knowledge production centers in understanding them as historical and political subjects; the absence of qualified advisors to supervise this topic; the little interest of historians, and limited access to Roma communities, who orally transmit their culture and history. Our proposal is based on the discussions presented by Rodrigo Corrêa Teixeira, François Laplatine and Geraldo Pieroni.

Keywords

History of historiography. Historical anthropology. Historiographic culture.



Introdução

Em *A história* (2012), François Dosse apresenta uma longa reflexão – sob a perspectiva da filosofia – acerca da constituição da História enquanto disciplina, e aponta um fato curioso sobre o início dos anos 2000 na França. Mais uma vez, entrou em voga na sociedade francesa a discussão sobre o papel social da memória, que, nas palavras do próprio autor, denotaria os “sintomas de verdadeiras patologias memoriais” (Dosse, 2012, p. 304). Esse debate (ou embate) assumiu uma forma peculiar pois, *a priori*, não fora travado no *front* da academia nem protagonizado por círculos intelectuais, mas teve o seu desenrolar nas instâncias judiciais e nas casas legislativas, que paulatinamente desenvolveram leis que visavam à garantia da manutenção da memória de acontecimentos como as câmaras de gás criadas pelos nazistas.

O embate pela memória foi sendo apropriado por setores diversos do espectro político francês. Membros de partidos de direita quiseram reiterar a visão positivada sobre os processos de colonização empreendidos pela Europa no século XIX, enquanto o Estado tentou impor aos professores a adoção dessa mesma visão sobre o colonialismo (Dosse, 2012). Esse relato ratifica uma visão basilar ensinada aos alunos de graduação nas disciplinas propedêuticas: a história não é neutra e foi instrumentalizada politicamente ao longo do tempo. As escolhas temáticas, as teorias mais valorizadas, e os recortes espaciais e temporais são diversas vezes feitos em função dos interesses pessoais e ideológicos, mas também da conjuntura política, social, econômica, religiosa e cultural de onde o historiador exerce o seu ofício. E isso nos informa sobre os processos historiográficos instituídos pelo Ocidente, que tendem a excluir ou desvalorizar os povos ciganos.

O que é dito, transcrito ou erigido como monumento memorialístico se baseia nos interesses de uma época e de um grupo. Sendo assim, conclui-se que os esquecimentos historiográficos e memoriais também são frutos de projetos políticos, sociais, econômicos, religiosos e culturais, que, de modo geral, tendem a selecionar o que deve ou não ser objeto da história. A história é uma arma empunhada pelos grupos dirigentes das sociedades e serve aos interesses de classes específicas (Carvalho, 2003).

Em última instância, é possível afirmar que as escolhas temáticas são instrumentos de legitimação ou desqualificação de grupos, sociedades e indivíduos, pois se afere a impressão de que alguns merecem figurar nos anais da história, enquanto outros padecem de apagamentos crônicos. Esse é o caso dos ciganos.

Sem a perspectiva jurídica e legislativa revisionista que a França experimentou nos anos iniciais do século XXI, os ciganos foram sistematicamente apagados das narrativas históricas



nacionais de parcela significativa dos países ocidentais – com exceção da Espanha, que viveu uma forte valorização da cultura dos ciganos da região da Andaluzia na primeira metade do século XX (García Lorca, 2011) – e as suas existências foram quase negadas pelos historiadores quando, por escolhas diversas, não deram conta das experiências desses grupos (como fizeram com as populações indígenas e negras) nos mesmos recortes e com a mesma intenção: a luta política por afirmação da dignidade desses grupos tradicionais, marginalizados e historicamente perseguidos. Em outros termos, os ciganos gozaram de um “direito ao esquecimento”, sem solicitar a nenhuma instância jurídica a aplicação dessa não previsão legal (STF, 2021, Tema 786).

Posto isso, esse trabalho se apresenta como uma tentativa de delimitar os avanços feitos pela historiografia lusófona sobre a temática dos povos ciganos nos últimos três séculos, no Brasil e em Portugal, na busca por perceber como lacunas parciais sobre a história desse grupo foram preenchidas pelos textos aqui indicados. Alicerçada em uma leitura horizontal da produção do conhecimento histórico, a proposta estabelece um diálogo com o que definimos como proto-historiografia do século XIX, que corresponde aos estudos de outras áreas – como folclore e etnografia – e, apesar das limitações, durante muito tempo nos forneceram informações relevantes sobre a constituição desses grupos e das suas vivências ao longo da história. Indo além disso, verificaremos os primeiros estudos históricos sobre esse tema no século XX e o desenvolvimento de algumas abordagens singulares que se voltaram para questões de ordem política, religiosa, social, cultural e legislativa sobre os povos ciganos nos recortes temporal e espacial supracitados.

Metodologicamente, o artigo partiu da seleção de textos pioneiros sobre aspectos que atravessaram a história dos ciganos, tais como: as perseguições policiais; as transformações culturais experimentadas por essa etnia; e a dimensão religiosa presente no imaginário coletivo, que proveu a criação de cultos populares em torno de figuras ciganas tidas como milagreiras. Alicerçados em pesquisa bibliográfica e documental, buscamos circunscrever a relevância deles no debate étnico-racial e nas dimensões social e política dos debates institucionais que, via de regra, excluem e marginalizam essas populações presentes em Portugal e no Brasil desde pelo menos os séculos XV e XVI, respectivamente.

Alteridade, historiografia e incompreensão: algumas questões gerais

Ciganos. Defini-los se apresenta como uma tarefa de singular dificuldade, tendo em vista que internamente há três variações étnicas: Sinti, Rom e Calon, sendo a última mais comum no Brasil (Pereira, 2009). Convém ressaltar que os três subgrupos aqui indicados formam a maioria dessa população, mas há disputas identitárias no seio dessa etnia por parte de grupos



que reivindicam outras identificações como os Kalderash e os Romnichals, presentes em regiões como a Romênia e a Inglaterra, respectivamente. Além dessa diversidade, esbarramos em um fato que é característica constituinte da identidade desse povo: a não valorização da cultura escrita. Dessa forma, compreende-se que os ciganos, nas suas múltiplas variações, formam um grupo minoritário.¹

Sujeitos históricos marginalizados e historiograficamente silenciados, os mutismos construídos sobre os ciganos, revelam-nos, de forma geral, uma face das sociedades que não foram capazes de assimilar as diferentes formas de existência que destoavam dos padrões morais e civilizacionais que vigoraram desde o século XV, marco temporal para a chegada desses andarilhos na Europa, possivelmente oriundos do Noroeste da Índia (Mello, 1981).

Sua vinda ao Brasil no século XVI se deu em função da política de degredo adotada por Portugal (Souza, 2017) como forma de ocupar os novos territórios que foram anexados à Metrópole, mas também como expressão do Direito Penal que estava em vigor, direito esse que não apenas purgava, mas maculava e selava de forma indelével o caráter da exclusão nos que fossem considerados dissidentes da norma, a ponto de formular representações negativas sobre esses grupos de nômades como as de trapaceiros, ladrões, raptos de moças e crianças, sendo condenados pelo modo de vida pagão que levavam (Pieroni, 2002).

Muitos dos estereótipos relacionados aos ciganos encontram suas raízes na modernidade europeia e, por meio da difusão do pensamento ocidental para outras partes do mundo, foram ganhando força e notoriedade, a ponto de aparecerem reiteradamente em registros literários desde o século XVI. Já no século XV, o adjetivo “cigano” era adotado como sinônimo de ofensa (Pieroni, 2002), com a utilização dessa expressão ganhando força na literatura de diversos países. Mas segundo a definição do dicionário Aurélio, cigano é: “indivíduo de um povo nômade, originário da Índia e radicado na Europa, que tem um código ético próprio, vive de artesanato, de cartomancia, quiromancia, etc e se dedica à música; boêmio” (Ferreira, 2011, p.68). Não só a literatura contribuiu com esse imaginário, mas a história também teve o seu papel, mesmo que esse tenha sido baseado na omissão.

Marc Bloch afirma que a História é a “ciência que se ocupa das ações dos homens no tempo” (Bloch, 2001, p.54). Mas a quais homens Bloch se referia? A historiografia nos ajuda a responder. Durante muito tempo, o pensar e fazer história esteve centrado nas grandes figuras políticas e nas ações econômicas. Com a emergência de alguns pensadores em diversas partes

¹ É válido lembrar que a palavra “minoría” não se refere exclusivamente a uma questão quantitativa, mas a posição de desvantagem social de certos setores frente a outros.



do mundo, mas sobretudo com a Escola dos Annales, uma nova perspectiva de produção histórica surgiu, trazendo consigo novos sujeitos e temas, muito embora alguns ainda ficassem relegados ao segundo plano, como é o caso da história política.

A crise dos paradigmas enfrentada pelos historiadores na segunda metade do século XX nos possibilitou um ampliar de horizontes. Na década de 1960, influenciados pela discussão da Escola dos Annales sobre a crise do historicismo – corrente historiográfica que se propõe a narrar o que considera fatos históricos sem haver necessariamente uma análise social do período estudado – e a história vista como ciência social a partir da interdisciplinaridade, historiadores ingleses passaram a produzir e defender a chamada “história vista de baixo”. Dentre os expoentes dessa corrente, é possível citar Christopher Hill e E. P. Thompson. A proposta era produzir um estudo sobre um processo histórico focado naqueles que, para Thompson (2001), faziam parte da “massa de esquecidos”: camponeses, artesãos, operários etc.

Na perspectiva francesa, a crise do estruturalismo e do marxismo unida à ascensão da Nova História Cultural possibilitou compreender novos aspectos culturais e formas de organização social, ou seja, sujeitos subalternos, marginalizados e que não encontravam espaço na historiografia tradicional foram alçados à condição de protagonistas de processualidades históricas. Até esse momento, homens que atuaram e despontaram nessas narrativas eram provenientes de categorias dominantes, o que impossibilitou uma leitura ampla e equilibrada de recortes espaciais e temporais, ao tempo em que se deu ênfase às explicações centradas nas visões preponderantes que engessaram a produção do conhecimento histórico.

Mesmo com essas inovações no campo, poucos são os estudos feitos sobre ciganos nos séculos XX e XXI. Um processo de busca e mapeamento no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como em livrarias, acervos e bibliotecas comunitárias, possibilitou-nos constatar uma profunda ausência de pesquisas e publicações sobre essa temática. Os títulos encontrados nesses espaços versam quase que exclusivamente sobre o esoterismo que os envolve.

As produções que discutem o papel dos ciganos na História quase sempre foram feitas por *gadjés*², tendo base em uma perspectiva exterior e funcionalista desses indivíduos, como se a existência humana fosse condicionada ao cumprimento de um papel social específico. Nos periódicos CAPES, pelos extratores, é possível encontrar um total de 352 artigos sobre ciganos entre os anos de 1940-2023. Em termos comparativos foram publicados 3525 artigos sobre o tema da escravidão nesse mesmo período.

² Expressão retirada do Caló/Chibi/Romani, dialeto(s) falado(s) pelos ciganos do Brasil. A expressão significa “não cigano”.



A profunda carência de pesquisas e debates acadêmicos nas mais diversas áreas da produção científica ensejam a construção ou mesmo a continuação de amplos discursos estereotipados. “O problema dos estereótipos não é que eles sejam falsos, mas eles representam apenas uma parcela da realidade” (Adiche, 2019, p.26). Ponderações precisam ser feitas, pois essa empreitada não visa uma defesa apologética dos ciganos ou a redução dos processos historiográficos, no que poderia ser definido como uma simples ação de “vitimização” deles frente à cultura dominante.

Entendemos que há situações complexas das quais eles foram autores ou coniventes em algum grau – como é o caso da venda de escravizados feita por ciganos no período que corresponde ao Brasil colonial (Moraes, 1981) –, e tais práticas não podem ser desconsideradas pelo fato de terem historicamente vivido um processo de banimento dos círculos sociais dominantes. Dentre as razões que explicam a ausência de estudos sobre a etnia cigana, podemos apontar duas que julgamos de especial relevância.

A primeira: a construção histórica de discursos sobre esses indivíduos possibilitou uma apropriação que se traduziu em práticas sociais de exclusão motivadas pelo medo que eles passaram a representar, já que se tornou comum em muitos lugares associá-los ao banditismo ou a práticas que fugiam aos ideais de moral cristã e de civilização (Hobsbawm, 2017). Essa associação negativa se deve a muitos fatores, mas merece destaque as produções discursivas em nível de imaginário popular e as impressas nos documentos oficiais dos locais por onde passaram, bem como as representações imagéticas presentes na literatura ocidental a partir do século XVI. Com isso, verifica-se que as produções discursivas sobre os ciganos foram articuladas justamente por aqueles que os viam como “os outros”, não restando espaço para visões dissonantes e positivas já que eles não acessavam as instituições produtoras de informações. Tensionando essa reflexão, podemos indicar que as populações ciganas também temiam os “outros”, uma vez que o racismo histórico sempre esteve enraizado nas estruturas sociais, da Europa e, por consequência, da América. Essa discussão pode ser encontrada em autores portugueses que se debruçam sobre esse tema (Bethencourt, 2018).

Dessa forma, esses homens e mulheres passaram a ocupar um lugar marginal nos processos históricos. Michelle Perrot construiu uma tese e defendeu que há excluídos na História: operários, mulheres e prisioneiros (Perrot, 2017). Com isso, percebemos que há uma “categorização” de indivíduos sobre os quais se produz ou não narrativas. Por sua vez, os ciganos não se enquadram nem mesmo nos discursos sobre os sujeitos tidos como “marginais”, sendo possível classificá-los como as margens da margem.

O segundo motivo que compreendemos limitar a produção científica sobre esses sujeitos é o fato de sua cultura ser parcialmente transmitida e majoritariamente expressa



por tradição oral³. A ausência de elementos culturais de natureza material e duradoura não nos possibilita uma leitura mais ampla de determinados aspectos das experiências sociais e históricas vivenciadas por nosso objeto. Os discursos que informam nossa prática de pesquisa muitas vezes possuem origem na centralidade do poder social. Como escreveu Maria Auxiliadora Carvalho e Silva, “os discursos sobre as margens, falam mais sobre o centro do que sobre os que se pretende marginalizar” (Silva, 2011, p. 18).

A dificuldade de estudá-los encontra força na resistência interna dos grupos de revelarem determinados aspectos da sua lógica de funcionamento, de relacionamento com seus pares e com o mundo exterior. A objeção ao diálogo “extramuros” presente na maior parte das comunidades é fruto das relações construídas com os não ciganos no decorrer do tempo. O racismo presente em diversas camadas e grupos sociais contra os ciganos ganhou alguma adesão na Academia, que durante muito tempo se fechou às visões dissonantes desse imaginário e ratificou estereótipos e preconceitos em algumas situações, revestindo-os com o verniz de cientificidade. Por não corresponderem aos ideais de moral e civilização geradores de um processo de marginalização, criaram elementos que possibilitaram a transformação da sua cultura em uma força de “resistência” e proteção ao mundo que não os acolhia.

Relatos, iconografia e historiografia cigana no século XIX

O século XIX foi o momento da consolidação da história como disciplina autônoma e com limites epistemológicos definidos, o que lhe concedeu uma estrutura identitária que a diferenciava das demais áreas do conhecimento. Os temas privilegiados eram de caráter eminentemente político cujo foco eram os grandes feitos das personalidades políticas, visando-se o desenvolvimento de um sentimento de nação por meio de estudos elaborados que servissem aos Estados-Nação em via de unificação e consolidação ou que necessitavam de reafirmação.

O historicismo alemão e o positivismo francês estiveram na vanguarda dessa ação historiográfica, provendo uma transição política que preservasse a ordem social desigual e favorável às elites nobres que resistiram à ação do tempo, ao passo que desse conta de experiências históricas da burguesia triunfante. A busca por acomodar esses grupos sociais não se deu de forma unívoca, tendo o historicismo e o positivismo adotado caminhos e conclusões distintas. O primeiro se ancorou no nacionalismo, enquanto o segundo, como herdeiro do iluminismo, apoiou-se em um pressuposto universalista. A crítica às fontes (nesse momento) se

³ Convém indicar que há algum tempo essa situação vem sofrendo transformações que são creditadas ao ingresso de muitos ciganos em instituições escolares e de ensino superior, o envolvimento com o ativismo político pela causa cigana.



tornou caudatária da filologia, o que limitou a possibilidade de desenvolvimento de uma história para além dos documentos escritos de algum modo.

No que se refere à visão historiográfica do século XIX sobre os ciganos, é possível afirmar que esse período é tributário de muitas noções advindas de outros tempos que reformulou a visão sobre os sujeitos marginalizados, somadas à nova ordem jurídica e ao desenvolvimento das ciências médicas e biológicas com forte apelo biopolítico e racial paulatinamente implantadas pela burguesia e por grupos dirigentes. Esses grupos padeceram de uma acentuada (des)categorização – ladrões, doentes, perversos, raptores – e exclusão social.

As formas de distinção são estabelecidas pela sociedade, como também os atributos considerados como naturais e esperados para cada uma dessas categorias. A gradação social possui um apelo estético que está profundamente ligado ao ideal de beleza e (in)conformidade com os modelos em voga, no período em questão. Os ciganos não compõem esteticamente o mosaico cultural da modernidade e dos séculos posteriores à Revolução Francesa, se é que podemos falar de um mosaico, já que havia a intenção de homogeneização social baseada na disposição dos indivíduos em grupos ou estamentos. Os grupos marginalizados eram alvo de desprezo e fascínio ao mesmo tempo, pois o “exotismo” do outro era objeto de consumo das classes dominantes. Isso se mostra por muitos meios, mas é digno de destaque o desenvolvimento do gênero literário sobre relatos de viagens feitas aos locais distantes da Europa que eram considerados incivilizados.

São esses relatos de estrangeiros no Brasil que vão fornecer os primeiros registros proto-historiográficos – que também podem ser constituídos como fontes – sobre ciganos espalhados no território brasileiro nos oitocentos. Henry Koster (1815-1816), Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822) e Maria Graham (1821-1823) fazem referências limitadas, mas que indicam a existência de grupos apontados (ou auto identificados) como ciganos vivendo em quase estado da natureza pelos sertões e litorais do país (Ferrari, 2002). A existência desses grupos são informações anedóticas e descritivas nos relatos de viagem sem a intenção de estudá-los detidamente, já que os textos apontados não foram pensados para isso. Embora eminentemente descritivos, os relatos dos viajantes nos ajudam a pensar questões como moradia, empregos, relações parentais e outros temas envolvendo os ciganos.

Indo além dos viajantes naturalistas, merece destaque Jean-Baptiste Debret, que publicou *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834-1839) em três volumes como resultado dos quase dezesseis anos que esteve no Brasil compondo a Missão Artística Francesa (1816-1831). A missão visava estabelecer o ensino oficial das artes no Brasil, ao passo que artistas envolvidos nela tentaram criar uma espécie de inventário da realidade social brasileira, com intensas

aproximações dos supracitados, via pensamento naturalista. Debret era um pintor, desenhista e professor e a obra que lançou ao retornar à França não se restringiu às descrições, mas abarcou um conjunto expressivo de gravuras que dão conta de materializar visualmente o que é narrado.

No segundo volume da sua obra, a partir da página oitenta, Debret estabelece uma descrição detalhada do comportamento dos ciganos que encontrou no Brasil. Apresentando costumes, relações sociais e parentais, e práticas econômicas, místicas e religiosas, o francês empreende uma análise geral sobre a raça que considera degenerada. A narrativa é acompanhada de uma gravura que hoje se encontra exposta no Museu Castro Maya no Rio de Janeiro.

Fíbula 1 – Interior de uma Casa de Ciganos - 1823



Pintor: Jean-Baptiste Debret. Aquarela sobre papel, c.i.e.17,70 cm x 23,00 cm.

Acervo: Museus Castro Maya – IPHAN/MinC (Rio de Janeiro, RJ)

Demonstrando o envolvimento dos ciganos com o comércio de escravizados, Debret articula uma narrativa visual por meio da aquarela que acompanha a descrição exposta no segundo



volume da sua obra. Em primeiro plano há ciganas jovens, rechonchudas e fenotipicamente exóticas, com trajes coloridos, preparando alimentos. As duas moças parecem escutar as instruções da mulher de pé, que aparenta ter mais idade. Essa representação imagética vai ao encontro do que o texto indica sobre as relações parentais, em que as mulheres mais velhas ocupavam o papel de formadoras das gerações em desenvolvimento. O segundo plano mostra escravizados em diversas situações, como os que se amontoam no que parece ser um pátio externo da casa dos ciganos: um sendo castigado; outro que, em trajes especiais, acompanha a cigana mais velha; e, em último plano, os que trabalham em distintas funções.

Essa composição social descrita por Debret é vista com os filtros do etnocentrismo europeu e cristão, em uma perspectiva colonialista e racista que classifica os ciganos como incivilizados, de espírito lascivo e predispostos a uma ociosidade que só é demovida em função das necessidades materiais. O artista parece enxergar nos ciganos que retrata uma inaptidão quase metafísica para coisas mais elevadas como a educação e a religião cristã em seu estado pretensamente puro, que já se encontrava corrompida na experiência desta etnia por misticismos e esoterismos definidos por ele como espúrios e frívolos.

O século XIX se constituiu como um momento de intensa efervescência intelectual. Oportunamente, o folclore se torna objeto de predileção pelos denominados folcloristas, que, em diálogo interdisciplinar, buscavam compreender o funcionamento desse fato. A partir desse caldeirão intelectual que surge os primeiros impulsos de entendimento da cultura e dos povos ciganos, de forma a se tentar criar uma explicação histórica e etnográfica sobre a sua origem, seus costumes, suas crenças, suas tradições, suas estruturas de parentescos e afins. Esse primeiro ímpeto (mais tarde definido como ciganologia⁴) representou, apesar das limitações, uma fase importante para a tentativa de superação da visão estritamente descritiva e negativa feita por aqueles que se interessavam pelos ciganos.

Em termos práticos, há nesse momento pelo menos dois autores que se dispõem a pensar sobre o tema. O primeiro é Alexandre José de Mello Moraes Filho, brasileiro nascido em Salvador (1843-1919). Foi um poeta, folclorista, jornalista, memorialista, etnógrafo, médico e diretor do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, publicando em 1886 pela Garnier o livro intitulado *Os ciganos no Brasil e Cancioneiro dos Ciganos*. Esse, que se pretendia como um estudo com características etnográficas, aproxima-se mais do folclore.

⁴ A ciganologia ganhou os atuais contornos na década de 1990 na Inglaterra, tendo a Universidade de Manchester colocado em curso uma tentativa de diálogo interdisciplinar sob o comando da etnologia. Podemos citar como os principais expoentes dessa nova roupagem os autores Ian Hancock, Thomas Acton, David Smith e Michael Stewart. O principal meio de debate dessa subárea da Antropologia é a *Romani Studies Journal*, editada por Yaron Matras.



O texto foi escrito a partir da convivência com ciganos sedentários e de costumes híbridos que residiam no Rio de Janeiro. O contato permitiu a captura de elementos que o autor afirma pertencerem à tradição dos Calons que ali viviam. Detidamente, ele passeia pela origem ibérica e o transporte inalterado de tradições para o lado de cá do Atlântico, como a língua, as formas de moradia, os valores religiosos e as práticas religiosas e ritualísticas. Em um segundo momento, o autor apresentou um cancionário e um vocabulário cigano.

A *Coleção Reconquista do Brasil*, da Editora Itatiaia da Universidade de São Paulo, proveu uma nova edição dessa obra em 1981. O texto conta com um posfácio de Sílvio Romero que data de 1885 e notas explicativas de Luís Câmara Cascudo. Ambos concordam que Mello Morais Filho comete alguns erros interpretativos e de atribuição equivocada de costumes aos ciganos. Perpassado pelo ímpeto romântico que estava em voga nos oitocentos, o texto apresenta questões sobre parentesco e religião, que eram as duas grandes preocupações dos etnólogos desse período. Buscando as “sobrevivências” na sociedade civilizada – que seria o Rio de Janeiro – das crenças da condição primitiva dos ciganos ibéricos, o autor parece receber influência de Edward Burnett Tylor, autor de *Cultura primitiva* (1871).

Esse material é rico em informações sobre os modos de vida dos ciganos do Rio de Janeiro no século XIX. Com as devidas ressalvas, pode ser útil em uma leitura escamoteada para pensar questões sobre a constituição de relações parentais, econômicas e religiosas. O grande problema da abordagem de Mello Morais Filho é que o autor olha para esses dados da realidade concreta como contingentes culturais transpostos do passado, sem nenhum tipo de acréscimo ou ruptura.

Segundo Thompson (2012, p. 231), há uma tendência nos folcloristas desse período de olhar para os costumes como “reliquias de uma antiguidade remota e perdida, como ruínas desmoronadas de fortificações e povoados antigos”. Essa transposição dos elementos de um passado distante e imemorial retira toda a vitalidade da cultura e lhe impõe uma replicação passiva e inconsciente, sem negociação com as condições materiais do tempo em que é acionada como necessária.

O outro autor inclinado ao tema é Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), etnógrafo, folclorista, literato e precursor da antropologia em Portugal. A partir de 1884, deu início a publicação de um conjunto de estudos sobre os ciganos. As análises assumiram forma de artigos, ensaios e livros que foram publicados até 1892. Essa sua fase da escrita sobre ciganos teve o seu termo com a publicação de *Os Ciganos de Portugal: um estudo sobre o Calão* (1892). O texto foi pensado em um primeiro momento para ser uma fala na X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas.



Em um impulso de amarrar todos os pontos da história nacional de Portugal, o autor busca compreender, do ponto de vista interno, os componentes da cultura lusitana e as mesclas surgidas naquela parte da Península Ibérica. Recebendo forte influência de teorias e correntes de pensamento que estavam em voga como o evolucionismo e o historicismo alemão, Adolfo tenta entender o papel da cultura popular no processo de decadência de Portugal e a sua função em uma possível regeneração da nacionalidade e da posição de potência ultramarina que outrora havia ocupado no quadro geopolítico.

Dentre os textos sobre ciganos, merece destaque o título publicado no ano de 1892. Na sanha de perceber o que há de exterior no interior da identidade nacional portuguesa, o autor se preocupa com os ciganos que ali viviam e que, mesmo como falantes do português, teriam uma aproximação mais intensa da organização social hindu. Isso não seria uma reserva dos ciganos portugueses, mas de todos os espalhados pela Europa, pois a morfologia, a matriz linguística e outros elementos dessa etnia correspondem a uma ascendência oriental-indiana, mas que somaram ao processo de constituição da sociedade portuguesa mesmo que em condição de inferioridade. Adolfo foi antecedido por outros autores lusitanos, assim como sucedido por estudiosos de grande relevo nessa temática. A sua importância se deve à ruptura estabelecida com o pensamento dominante. Em razão da natureza deste trabalho e dos limites impostos, não há como ampliar essa discussão, fato que pretendemos fazer de maneira individualizada em um artigo específico sobre Portugal.

Portanto, Francisco Adolfo Coelho foi o inaugurador de uma nova fase de estudos etnográfico-antropológicos sobre os ciganos no seu país, mesmo que fossem informados por noções problemáticas, mas usuais naquele contexto intelectual. Essa matriz de pensamento encontrou eco nos anos iniciais do século XX.

Historiografia cigana e outras artes no século XX

De modo geral, as duas primeiras décadas do século XX não apresentaram mudanças significativas nos estudos sobre os ciganos, mesmo sendo caracterizado como o momento de reelaboração de muitas ciências como a história e a antropologia, que vão experimentar uma repaginação paradigmática e das ferramentas de pesquisa. A tradição romântica que predominou em muitas escolas de pensamento no século XIX acaba por levar as suas heranças aos anos iniciais dos novecentos. Merece destaque o idealismo projetado sobre os ciganos na experiência da Espanha, que seriam a personificação de um tipo ideal ou mitológico de ser nacional.

A tendência de enxergar o papel histórico dos ciganos na constituição nacional ganhou novo impulso na Espanha a partir de 1928. O responsável por esse movimento é



Federico García Lorca, que desenvolveu um tipo de literatura que foge à caracterização historiográfica em muitos aspectos, mas que merece nota, pois se trata de uma atitude singular na história dos estudos sobre os ciganos. Com a publicação de *Romanceiro cigano* (1928), Lorca estabelece um duplo movimento literário: a etnografia dos ciganos da Andaluzia – região autônoma da Espanha onde nasceu – e elevação desses à posição de sujeitos da mitologia nacional. Em outros termos, os ciganos seriam o grupo hispânico por excelência.

Tendo convivido com grupos de ciganos desde a infância, Federico se sentia atraído e amedrontado pelos membros dessa etnia. Captando os traços sensíveis desse contato, o autor tenta descrever a região onde cresceu e os ciganos com quem teve contato, fugindo do pitoresco e do folclórico e buscando o que há de profundo e oculto nessas realidades (Vargas, 2011).

Muito embora o autor tentasse escapar do aspecto folclórico, ele não conseguiu se desprender totalmente de noções dessa natureza e que flertavam propositalmente com o misticismo. Lorca não era um sociólogo, mas poeta e dramaturgo que integrou o modernismo espanhol e a chamada Geração de 27. O que pretendeu criar foi uma narrativa de caráter mitológico que alçava os ciganos à condição de mito nacional, pois esses sintetizariam, pelo modo de vida e a cultura que detinham, a condição hispânica por excelência. Tentando romper com a narrativa dos folcloristas, Lorca faz o inverso, pois a ideia de cultura e tradição popular eram aspectos centrais da sua obra. Com isso, percebe-se que o folclore como forma de explicação de aspectos da cultura popular nacional teve fôlego intenso até os anos finais da década de 1930, quando passou por contestações nas sociedades ocidentais.

Os anos de 1940 se constituíram como o ápice de uma disputa teórica e institucional entre os estudos folclóricos e a sociologia, que buscava se afirmar no campo institucional. A contestação da posição de intérpretes das tradições populares colaborou com o enfraquecimento dos estudos dos folcloristas, ao tempo que possibilitou o surgimento de estudos sociais sólidos sobre essa dimensão da cultura e o seu papel socializador (Garcia, 2001). No caso específico do Brasil, Florestan Fernandes estabeleceu duras críticas aos folcloristas entre as décadas de 1940 e 1950, dedicando parte considerável de sua obra acadêmica e jornalística a esse debate.

Mesmo com a consolidação da sociologia e com o surgimento de novas perspectivas teóricas no campo da história, os ciganos continuam a padecer de um intenso apagamento historiográfico e antropológico na primeira metade do século XX (vide Escola dos Annales). No caso do Brasil, nem mesmo a ampliação dos programas de pós-graduação no eixo Rio-São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 foi capaz de fazer avançar o interesse por essa etnia.

Desde a publicação do livro de Mello Morais Filho em 1892 até o ano de 1989, só tivemos a publicação de oito trabalhos – entre artigos e livros – sobre os ciganos. Desses,



apenas três podem ser considerados do campo da história. Essas publicações foram feitas por Ático Frota Vilas-Boas da Mota (1928-2016) doutor em letras pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador, historiador, professor, folclorista, tradutor e linguista brasileiro, que dedicou boa parte da sua vida a história da Romênia e dos ciganos e, por isso, tornou-se membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Somente em 1986 que assistimos ao lançamento de um livro sobre os ciganos. Esse texto não tem filiação acadêmica e foi pensado por dois autores que eram entusiastas da causa: Cristina da Costa Pereira e Victor da Fonseca Filho. Quando publicado, estabeleceu-se uma controvérsia digna de ocupar as páginas do *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), já que o nome de Victor foi retirado da obra em função de uma briga entre os autores. O livro *Povo cigano* foi publicado apenas por Cristina, que embora formada em letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tinha afinidade com a antropologia.

A publicação foi acolhida pelos círculos intelectuais da época, como afirma Benjamim Santos, diretor, roteirista, jornalista, poeta, encenador, crítico teatral e colunista do *Jornal do Brasil* (1986, p. 3). O interesse pelos ciganos se dava em função da percepção que os intelectuais cariocas tinham sobre eles como algo exótico e apreciável. A referida autora se dedicou a outras publicações nos anos subsequentes, como os livros *Povo cigano* (1986 e 1988) e *Lendas e histórias ciganas* (1990 e 1992), ambos com duas edições.

Há uma quarta obra dessa autora que data de 1989, intitulada de *Os ciganos continuam na Estrada*. A primeira edição foi da editora Ribroarte. Em 2009, a editora Rocco lançou uma segunda com alteração no título, que passou a ser *Os ciganos ainda estão na estrada*. Com características historiográficas, o texto se configura mais como um ensaio de antropologia cultural que faz uso da história oral para tentar acessar dados sobre antecedentes históricos, divisões étnicas, estruturas familiares e parentais, ritos de nascimento, casamentos e morte, práticas de justiça e crenças religiosas, ofícios e poética dos povos ciganos.

Por fim, em 1992 foi lançado o livro *Ciganos: natureza e cultura* de Oswaldo Macêdo, médico que foi professor de medicina na Sorbonne (França) e que atendia pelo pseudônimo Taro Caló, pois era descendente de ciganos do Rio de Janeiro. O texto é fruto do esforço de compreensão, difusão e defesa da cultura desses povos do Brasil que se materializou na criação do Centro de Estudos Ciganos em 1987, no Rio de Janeiro. Essa foi a primeira organização cigana da América Latina, mas teve as suas atividades encerradas em 1993 com a morte de Oswaldo Macêdo (Pereira, 2009).

O livro pode ser dividido em seis grandes áreas: o esoterismo cigano (bruxaria, tarô, leitura de mão); história oral; história da infância; documentos históricos (leis, decretos e alvarás



contra os povos ciganos); problema de habitação; e organizações ciganas. Muito embora não tenha sido produzido nos parâmetros de uma história institucionalizada, se configura como um ponto de inflexão nos estudos sobre os povos ciganos, pois aborda os temas citados com originalidade e problematizando a condição histórica dos membros dessa etnia.

O século XX pode ser definido como o momento do surgimento de estudos mais robustos sobre os ciganos, muito embora eles não dessem conta de aspectos centrais da história desse povo como o papel deles no colonialismo moderno e a forma que o Ocidente criou um sentimento anticigano que foi instrumentalizado em diversos momentos da história nos últimos quinhentos anos. Só na segunda metade desse século é que começa a se delinear um afastamento da etnografia, da antropologia e do esoterismo para pensar esses grupos sob a ótica da história. Mas esse movimento só se concretizou nos anos iniciais do século XXI.

Historiografia cigana no século XXI

Os ciganos vivem um complexo processo de marginalização que se sustenta por meio do racismo imbricado nas sociedades em que estão presentes, fato que pode ser conferido pela marginalização epistêmica materializada na ausência ou na pouca amplitude dos trabalhos desenvolvidos nessa temática e, em casos mais extremos, pela recusa de programas de pós-graduação em acolher pesquisas sobre essa etnia por puro preconceito ou ausência de orientação qualificada. Posto isso, devemos indicar que, apesar dos entraves, a historiografia cigana nos anos iniciais do século XXI experimentou um impulso rumo à especialização, pois historiadores profissionais e pesquisadores de outras áreas se debruçaram sobre o tema a partir desse momento, ainda que timidamente. Com isso em vista, há três questões que precisam ser ressaltadas. A primeira se refere aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que se abriram à discussão emergente. Como consequência da abordagem profissional desenvolvida em nível de mestrado e doutorado, um novo tipo de publicação surgiu: teses e dissertações transformadas em livros que, embora em tiragem limitada, serviram para a difusão de outras narrativas étnicas sem os vieses folclorista, romântico ou detratador.

A segunda questão é que, para além dos historiadores, o Ministério Público Federal (MPF) vem se dedicando ao desenvolvimento de estudos elaborados sobre os ciganos como tentativa de compreensão da situação histórica e jurídica desses cidadãos, visando atuar junto às comunidades em posição de vulnerabilidade. Essa tentativa de uma leitura histórica, mesmo que não esteja sob a supervisão da história, torna-se positiva pois agrega em termos de trabalhos publicados sobre os ciganos. Os estudos produzidos por essa instituição de Estado visam subsidiar os seus agentes



diretamente envolvidos com essas populações espalhadas pelo território nacional e que não encontram amparo legal por meio de aparato jurídico específico – a exemplo de um Estatuto –, fato que dificulta o manejo desses grupos por parte do MPF.

O terceiro ponto é que nessa conjuntura vemos surgir algumas entidades e associações ciganas que passaram a promover publicações interdisciplinares sobre esses povos. Esses três tipos de avanços e debates historiográficos merecem uma discussão mais detalhada.

Numa busca no banco de teses e dissertações da CAPES, é possível encontrar trabalhos defendidos em diversos programas de pós-graduação entre os anos de 2001-2020. Consta nos registros dessa agência de fomento 153 trabalhos defendidos (entre mestrado e doutorado) sobre ciganos em diversas áreas de concentração, dos quais dezenove pertencem à história.

Essas produções buscam analisar temas diversos que envolvem os ciganos, desde processos-crime e política de degredo, passando por sociabilidades e chegando às representações literárias. Alguns dos autores adotam perspectivas espaciais mais gerais, enquanto outros preferem um recorte mais regional. O fato é que isso indica um avanço, mas não na sua forma minimamente ideal, pois a compararmos em termos quantitativos com outros grupos étnicos como negros e indígenas, verificar-se-á que, depois de somadas as teses e dissertações produzidas nas diversas áreas nesse mesmo período, tem-se um total de quase dez mil títulos.

Os programas de pós-graduação (PPGs), não só na área de História, merecem destaque no esforço empreendido por muitos antropólogos e sociólogos que alargam em muito a compreensão sobre esses grupos, bem como psicólogos, juristas e profissionais das diversas áreas das ciências da saúde que têm lançado alguma atenção sobre essas populações por meio de pesquisa desenvolvidas junto aos PPGs Brasil afora⁵. Vem sendo desempenhado um importante papel, mas ainda se falha na produção de conhecimento histórico especializado sobre esses grupos étnicos, presentes na história do Brasil desde o século XVI em todas as regiões da colônia, do Império e da República. Acreditamos que os impedimentos que recaem sobre esse tema envolvem, em primeiro lugar, uma noção socialmente construída de que os ciganos, pela própria condição de subalternidade e minoria, não seriam sujeitos dignos de nota, e portanto suas experiências não demandam um aprofundamento histórico. Em segundo plano há a dificuldade de acesso – para os que trabalham com metodologia da história oral – a essas comunidades, que contam com pouca abertura para os não ciganos. Em terceiro lugar, existe a falta de pesquisadores capacitados nos quadros de orientação dos programas. Muitas vezes as

⁵ Os interessados nessas e em outras publicações, podem acessar os repositórios das Universidades brasileiras ou, visitar o site da Associação Internacional Maylé Sara Kalí (AMSK/Brasil) que disponibiliza publicações de diversas áreas.



orientações feitas se dão em um mútuo aprendizado entre orientadores que apostam na temática e orientandos que dão o máximo de si para preencher lacunas historiográficas.

Para exemplificar essa produção, devemos citar (de forma mais detida) pouco mais de uma dezena de autores e trabalhos que foram produzidos no âmbito de algum programa de pós-graduação – ou com algum tipo de ligação com eles – nas três últimas décadas⁶, e que em alguns casos foram publicados como livros após a defesa. A escolha desses e não de outros se verifica pela afinidade com o discurso histórico presente nessas produções. Os textos de antropologia, sociologia e demais áreas carregam o apelo histórico em suas linhas e podem ser consultados com mais vagar nos repositórios institucionais das universidades e/ou banco de teses e dissertações da CAPES. Aos que desejam ampliar o escopo de leituras e referências, antes de indicarmos os livros escolhidos, podemos sublinhar os seguintes autores portugueses: Manuel Costa; Maria José Casa-Nova; Maria Elisa Lopes da Costa; Eduardo Costa; Olga Magano; Maria Manuela Mendes; José Gabriel Pereira Bastos; Carlos Lopes Sousa; e Mirna Montenegro. No Brasil, ressaltamos: Jamilly Cunha; Marco António Mello; Felipe Barocan; Dimitri Fazito; Moriam Souza; Marcos Toyansk; e Jessica Medeiros. Posto isso, detemo-nos sobre os livros selecionados⁷ e prossigamos com o argumento.

O primeiro se chama *Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil* de autoria de Frans Moonen, professor titular aposentado de antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e conta com três edições respectivamente em 2000, 2008 e 2011. Esse texto não é resultado de uma pesquisa de mestrado ou de doutorado, mas é um estudo avulso que busca fundar uma noção de anticiganismo como um conjunto de práticas institucionais e ações políticas que foram sendo adotadas contra os ciganos desde o período moderno. É uma produção do campo da antropologia, mas fortemente amparada pela história. Ainda nos limites dessa ciência, devemos citar os estudos realizados por Florencia Ferrari⁸ e Édilma do Nascimento Souza, ambas com doutorado em antropologia e que, por meio de extensa prática etnográfica, se debruçam sobre aspectos do modo de viver dos ciganos, como a relação com os não ciganos e a infância nas comunidades Calons, respectivamente.

O segundo trabalho se intitula *Vadios e ciganos, Heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-Colônia* e é de autoria de Geraldo Pieroni. Foi sumariamente defendido em forma de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade

⁶ Alguns professores-orientadores publicaram textos que não necessariamente foram produzidos originalmente como dissertações ou teses. Há textos que foram produzidos em programas de universidades estrangeiras.

⁷ Nas referências finais constam outros autores não indicados aqui.

⁸ Essa autora possui estudos que versam sobre a dimensão historiográfica das produções sobre ciganos (vide referências bibliográficas).



Federal da Bahia (PPGCS-UFBA) em 1992. O texto visa compreender a política de degredo adotada por Portugal no contexto da colonização ao tempo que estabelece uma leitura pormenorizada de questões étnicas, religiosas e raciais envolvidas nesse processo. Publicado pela Bertrand Brasil em 2002, o livro já se encontra na sua segunda edição. Na esteira dessa temática temos Natally Chris da Rocha Menini com a sua tese de doutorado em História defendida Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e que atende pelo título de *Indesejáveis necessários: os ciganos degredados no Rio de Janeiro Setecentista* (2021). Essa merece ser citada como o terceiro texto pois insere os ciganos na dinâmica mais ampla e complexa do colonialismo que vitimou (de inúmeras formas) não apenas as populações afro e indígena, mas estendeu o seu domínio e terror sobre os ciganos.

O quarto trabalho é de autoria de Lourival Andrade Junior e atende pelo título de *Milagreira cigana Sebinca Christo: sublimação no catolicismo não oficial brasileiro*. Originalmente defendido como tese de doutorado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGH-UFPR) em 2008, o texto passou por revisões e ganhou o formato de livro em 2021 pela Editora CRV. Com intenso diálogo com a ciência da religião, o autor estabelece uma leitura de um culto não oficial que tem aspectos de sacralidade, devoção e religiosidade, cujo objeto de crença é uma cigana já falecida com fama de milagreira.

A quinta produção foi pensada a priori como dissertação de mestrado, defendida por Rodrigo Corrêa Teixeira no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGH-UFMG) em 1998. Refletindo sobre as correrias de ciganos no território de Minas Gerais, da Colônia à República, o autor apresenta um histórico geral da presença desse grupo no território que hoje compreendemos como o Brasil, e por esse motivo, a obra mereceu o título de *Ciganos no Brasil: uma breve história*. Por meio de decretos, processos criminais, jornais e leis do período, busca-se apresentar um tipo de formação jurídica que via nos ciganos uma ameaça natural contra a ordem social. Contando com uma segunda edição, foi publicado pela Editora Crisálida em 2009.

É válido pontuar que o trabalho desenvolvido por Rodrigo Teixeira se constituiu como obra incontornável nos estudos sobre ciganos no Brasil. Indo para além disso, ele inaugurou uma seara de estudos que se utilizam de fontes policiais para pensar a perspectiva dos ciganos enquanto objetos de análise direta, não apenas como coadjuvantes⁹ das narrativas analisadas a partir dos inquéritos policiais na região das Minas setecentistas e/ou de outras partes do Brasil, em outros recortes temporais. Nos trilhos dessa prática, há dois trabalhos dignos de nota:

⁹ Vide exemplo de *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, de Laura de Mello e Souza (2017), e *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*, de Ronaldo Vainfas (2011).



a dissertação intitulada *De salteadores errantes a mártires e milagreiro: representações sociais de ciganos na cidade de Esperantina-PI* (2011), de autoria de Maria Auxiliadora Carvalho e Silva e defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí; e a tese de doutorado de Cassi Ladi Reis Coutinho, defendida na Universidade de Brasília e denominada *Os Ciganos nos registros policiais mineiros (1907-1920)* (2016).

A oitava obra é de autoria de Priscila Paz Godoy e atende pelo título de *O povo invisível: os ciganos e a emergência de um direito libertador*. Defendido como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (PPGDH-UNB) em 2015, o texto postula a ideia de que os ciganos padecem de uma invisibilidade política e cultural crônica, que se transformou em um descaso jurídico patrocinado pelo Estado brasileiro. A autora relata casos de apagamentos institucionais e políticos, como a ausência de dados sobre os membros dessa etnia no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os apagamentos são materializados nas contínuas expulsões e desterritorialização sofridas ao longo da história e ainda na contemporaneidade, pois não há uma defesa, conforme garante a Constituição Federal de 1988.

Soma-se ao esforço realizado por poucos estudiosos dos ciganos os trabalhos desenvolvidos pelo MPF via 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais¹⁰ para tentar compreender as demandas históricas e contemporâneas dos povos ciganos do Brasil. Essa investida tem se materializado em forma de: atos normativos internos sobre a conduta de procuradores junto às comunidades ciganas; documentários e Webinários; e levantamentos e criação de coletâneas de artigos, como o livro intitulado de *Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa*. Publicado em 2020 e contando com a colaboração de diversos pesquisadores e profissionais do campo jurídico, direitos humanos, história e antropologia, esse texto se volta para a demanda de atuação dos organismos de Estado na defesa dos direitos dessa minoria étnica, que não consegue acessar as garantias constitucionais que lhes são reservadas.

Por fim, é preciso ressaltar os estudos realizados pelas associações de defesa da cultura e tradição cigana que surgiram na década de 1980. O primeiro movimento social de defesa dos povos ciganos a surgir no Brasil e na América Latina foi o Centro de Estudos Ciganos do Brasil (CEC), presidido por Mio Vacite (1941-2019), que

Foi um líder Rom carioca. De origem sérvia e Horahanô, Mio foi pioneiro nas ações ciganas no país, enfrentando com sagacidade e carisma os muitos desafios políticos, sociais e culturais ao longo das quatro décadas de sua liderança. Ativista

¹⁰ Órgão superior vinculado à Procuradoria-Geral da República.



e violinista, foi eleito presidente do Centro de Estudos Ciganos (CEC), primeiro centro de estudos ciganos no Brasil em 1987. Em 1990, fundou a União Cigana do Brasil (UCB), sediada na cidade do Rio de Janeiro, indicada pela International Roma Federation como organização representante do Brasil (Cairus, 2020, p. 154).

O Centro de Estudos Ciganos ficava localizado na cidade do Rio de Janeiro e realizou debates e eventos acadêmicos e culturais no Brasil e em países da América do Sul. Essas iniciativas visavam à difusão da cultura cigana pelos próprios e pelos apoiadores da causa. Mio Vacite foi o primeiro presidente, sendo sucedido pelos ciganos Oswaldo Macêdo, já mencionado aqui, e Marcos Rodrigues. O livro publicado por Oswaldo foi produzido na esteira proposta pelo CEC de construção de uma história dos ciganos articulada por eles mesmos. Somados a esses autores, compuseram o CEC Ático Vilas-Boas de Mota e Cristina da Costa Pereira, autores já notados nessa análise. Dentre os fundadores do CEC, encontrava-se o Padre católico Renato Rosso (Teixeira e Pimenta, 2023).

No ano de 1987, a Igreja Católica foi responsável por fundar o segundo movimento de valorização da cultura cigana, a Pastoral dos Nômades, que teve o bispo Dom Benedito Zorzi como o seu primeiro presidente. O seu sucessor foi Dom Paulo Moretto e atualmente se encontra presidida por Dom José Edson Santana Oliveira. Essa pastoral tem atuado na promoção de um diálogo não apenas com os povos ciganos, mas também com comunidades circenses. Buscando incentivar a valorização da cultura cigana, os bispos que a presidem apoiam estudos realizados no Brasil sobre essa etnia.

Verifica-se o surgimento de um novo tipo de militância pró-causa cigana após a criação do decreto dos povos tradicionais (Decreto n. 6.040, de 2007), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, ganhou um novo fôlego. A Embaixada Cigana Do Brasil – Phralipen Romani foi criada em 2016 no estado de São Paulo e presidida desde então pelo cigano Nicolas Ramanush Leite, que é antropólogo. Além de promover cursos e eventos sobre história e cultura cigana, o movimento social tem se dedicado à produção de livros sobre diversos aspectos históricos e antropológicos dessa cultura, como crenças, tradições, vocabulário, culinária e danças. Percebe-se com isso que os ciganos têm lutado, de alguma forma, para eles mesmos preencherem as lacunas historiográficas existentes sobre as suas origens, tradições e cultura.

Conclusão

Percebendo que a memória e a história são constantemente disputadas em função dos interesses conflitantes dos grupos sociais que dirigem as sociedades ocidentais, esta análise



buscou um diálogo com tal premissa para compreendermos os processos de silenciamento ou de pouca visibilidade dos ciganos enquanto objeto de estudo da história entre os séculos XIX e XXI.

Por meio das quantidades limitadas de estudos sobre essa etnia, nota-se que a história – que pretendeu voltar o seu olhar para “baixo” – não é capaz de incluir todos os sujeitos marginalizados e vítimas das mais atrozes perseguições ao longo de muitos séculos em diversas partes da Europa e da América. Mesmo que inspirados pelo pensamento de autores foucaultianos e marxistas, os historiadores ainda não dão conta de forma minimamente satisfatória das experiências existenciais plurais que se traduziram em modelos de sociedades alternativas ao padrão civilizacional do Ocidente.

Por isso, advogamos que os historiadores reavaliem a noção de “história vista ou feita a partir de baixo” do ponto de vista teórico e metodológico para propormos leituras plurais das sociedades portuguesa e brasileira, com vistas à inclusão de parcelas significativas dos sujeitos negligenciados pelas narrativas produzidas na oficina da história. Essa defesa não pode ser reduzida a um anseio puramente epistemológico, no sentido de incluir para mostrar pluralidade ou simples alinhamento com uma corrente de pensamento em voga, mas deve objetivar que alcancemos outros níveis de compreensão dos mesmos processos que julgávamos já esclarecidos, como o caso da sociedade colonial brasileira que não é interpretada sob a perspectiva dos ciganos e tão poucos pelos próprios ciganos.

Posto isso, reafirmamos que o racismo, aliado ao baixo investimento financeiro no aperfeiçoamento de pesquisadores interessados nesse tema, leva ao limitado número de estudos que, apesar de poucos, foram capazes de ressoar de algum modo, já que alguns desses trabalhos foram lidos por legisladores brasileiros que propuseram a criação do Dia Nacional do Cigano a ser comemorado anualmente em 24 de maio, dia de Santa Sara Kali, Padroeira dos Ciganos.

Destarte, compreender as experiências desses povos significa alcançar outro nível de produção historiográfica sobre os lugares por onde os ciganos passaram e os rastros que deixaram para trás. Com isso, verifica-se a necessidade de investimento financeiro que possibilite a alteração desse cenário, como também de que os pesquisadores já iniciados nessa temática sejam capazes de articular o seu objeto de estudo não apenas sob as velhas e colonizadas teorias que, via de regra, só ratificam a posição de desvantagem da etnia aqui tratada. Uma leitura amparada em teorias decoloniais ou nos Estudos Subalternos (Spivak, 2010) pode fazer surgir uma nova fase interpretativa dos trabalhos defendidos nos PPGs. Ampliar o escopo teórico para que, como já fazem Ana Paula C.B. Soria (Voria Stefanovsky) (2008 e 2015) e Caterina Alessandra Rea (2017) – seja com outras matrizes de pensamento ou com elementos da própria trajetória enquanto cigana, como no caso da primeira autora citada –, a história desse povo



seja arquitetada de forma a contemplar a presença dele nas sociedades ocidentais e mais do que isso, indique as potencialidades presentes nas vivências comunitárias e as contradições que perpassam esses grupos humanos.

A análise dessa parca produção nos serve para que vejamos o pequeno caminho que percorremos e o muito que ainda temos para trilhar enquanto historiadores comprometidos com uma luta por emancipação dos sujeitos marginalizados e vilipendiados pelas narrativas limitantes construídas sobre eles. Em leitura a contrapelo, podemos dizer que tudo isso demonstra como ainda há muitas camadas de “colonialidade” no nosso fazer histórico, fato que ratifica posições excludentes, seja do ponto de vista da memória e dos seus locais de culto ou das identidades nacionais que propositalmente foram articuladas para não incluir a todos. Se a história que surgiu no século XX e que se pretende “fazer de baixo” quiser de fato ser reconhecida como tal, ela necessita se desfazer dos sapatos de certezas que calça para sentir o pulsar da terra pisada por outros pés que nunca foram percebidos, apesar das pegadas que deixaram por todo o caminho.

Referências

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma História única**. Chimamanda Ngozi Adiche; tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ANDRADE JUNIOR, Lourival. **Milagreira cigana Sebinca Cristo**: sublimação no catolicismo não-oficial brasileiro. Curitiba: Editora CRV, 2021.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, **6. Coletânea de artigos: povos ciganos**: direitos e instrumentos para sua defesa / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília: MPF, 2020.
- CAIRUS, Brigitte Grossmann. Mio Vacite: Anticiganismo, Transnacionalismo e a formação da União Cigana do Brasil. In. BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, **6. Coletânea de artigos: povos ciganos**: direitos e instrumentos para sua defesa / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília: MPF, 2020.
- CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- IGANOS DO BRASIL. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 15 de julho de 1986. p. 03.
- COELHO, Adolfo. **Os ciganos de Portugal**: Com um estudo sobre o calão. Lisboa: Etnográfica Press, 1995.
- COSTA, Elisa Lopes da. **O Povo Cigano em Portugal**: da História à Escola. Um Caleidoscópio de Informações. Setúbal: CIOE/ESE, 1996.
- COSTA, Elisa Lopes da. **O Povo Cigano entre Portugal e terras de Além-mar (séculos XVI-XIX)**. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- COUTINHO, Cassi Ladi Reis. **Os Ciganos nos registros policiais mineiros (1907-1920)**. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Instituto de Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.
- DONOVAN, Bill M. (1992). “Changing Perceptions of Social Deviance: Gypsies in Early Modern Portugal and Brazil” In. **Journal of Social History**, nº 26, p. 33–53.
- DOSSE, François. **A história**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.



- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário de língua Portuguesa Aurélio**. 2 edição. Curitiba: Positivo, 2011.
- FERRARI, Flôrencia. **Um olhar oblíquo**: contribuições para o imaginário ocidental sobre os ciganos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, 2002.
- FERRARI, Flôrencia & Fotta, Martin. (2014). Brazilian Gypsology A view from anthropology. In. **Romani Studies**. 24. 111-136. 10.3828/rs.2014.6.
- GARCÍA LORCA, Federico. **Romanceiro cigano**. São Paulo: Hedra, 2011.
- GARCIA, S. G. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. **Tempo Social**, v. 13, n. Tempo soc., 2001 13(2), p. 143–167, nov. 2001.
- GODOY, Priscila Paz. **O povo invisível**: Os ciganos e a emergência de um direito libertador. Belo Horizonte: Editora D'plácido, 2016.
- HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. 5 edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- LORCA, Federico García. **Romanceiro cigano**. São Paulo: Hedra, 2011.
- MACÊDO, Oswaldo. **Ciganos**: natureza e cultura. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.
- MAYALL, David. **English Gypsies and State Policies**. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 1995.
- MENINI, Natally Chris da Rocha. **"Indesejáveis necessários": os ciganos degredados no Rio de Janeiro Setecentista**. 2021. 198 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.
- MORAES, Mello Filho. **Os ciganos no Brasil e o Cancioneiro dos Ciganos**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- NORONHA, Gilberto (2019). Povos Ciganos em Territórios Ibéricos e seu degredo para o Brasil. In. **Imaginários, Poderes e Saberes: História Medieval e Moderna em Debate**. Gilberto Noronha e Cleusa Teixeira de Sousa (org.). São Paulo: Paco Editorial, 2019.
- NUNES, Olímpio. **O Povo Cigano**. Porto: Apostolado da Imprensa, 1981.
- PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada**. 2 edição. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- PEREIRA, Cristina da Costa. **Povo cigano**. Rio de Janeiro: Gráfica Mec, 1985.
- PEREIRA, Cristina da Costa. **Lendas e Histórias Ciganas**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1991.
- PEREIRA, Cristina da Costa. **Ainda é tempo de Sonhos**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 7 edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- PIERONI, Geraldo. **Vádios e ciganos, heréticos e bruxas**: os degredados no Brasil-Colônia. 2 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- REA, C. A. Redefinindo as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI. In. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 31–50, jan. 2017.
- SILVA, Maria Auxiliadora Carvalho e. **De salteadores errantes a mártires e milagreiro**: representações sociais de ciganos na cidade de Esperantina – PI. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 20017.
- TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Ciganos no Brasil**: uma breve História. 2 edição. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.
- TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. PIMENTA, Gabriel Fernandes. Bibliografia crítica da ciganologia brasileira: as primeiras contribuições. In. **Ciganos no Brasil**: cultura, sociedade e resistência. NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. PORTELA, Lenilson Rocha. LIMA, Nilsângela Cardoso (orgs.). Teresina: Cancioneiro, 2023.
- THOMPSON. E.P. **A história vista de baixo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- THOMPSON. E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. E. P. Thompson; organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- VARGAS, Fábio Aristimunho. Resgatando a "ciganidade" do Romanceiro gitano. In. LORCA, Federico García. **Romanceiro cigano**. São Paulo: Hedra, 2011.



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Biografia profissional

Lenilson Rocha Portela - Historiador. Pesquisador vinculado ao Ministério da Igualdade Racial do Governo Federal por meio de Termo de Execução Descentralizada em parceria com a Universidade Federal de Jataí (TED MIR/UFJ 05/2023). Mestre em História do Brasil pela UFPI, especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo IFPI, Graduado em História pela UFPI e Graduado em Direito pela UFPI. Professor da Educação Básica. Áreas de Interesse: História dos ciganos, com interface com a antropologia cultural; História da Igreja; História e Memória.

Francisco de Assis de Sousa Nascimento - Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí, vinculado ao departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPI, Graduação em História (UESPI), Pedagogia (UFPI) e Psicologia (Maurício de Nassau), Mestre em História do Brasil (UFPI), Doutor em História Social (UFF), Pós-Doutor em História (PUC SP), Coordena a Pós-Graduação Stricto Sensu da UFPI. Líder do Grupo de Pesquisa História Política, Cultura e Arte. Áreas de Interesse: Brasil República, História Militar. Psico-História, Arte e Cultura no Brasil contemporâneo.

Endereço para correspondência

Rua Domingos F. Santos, 316, Centro, José de Freitas-PI, 64110-000, Brasil.

Rua Antonio de Castro Franco, N. 556, Residencial Araxá, Apt. 1003, Bairro Nossa Senhora de Fátima - Teresina, Piauí - CEP 64049-484 Brasil

Financiamento

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

FAPEPI - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Piauí

Agradecimento

À CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - PPGHB, da Universidade Federal do Piauí - UFPI

Contribuição de autoria

Análise formal: PORTELA, Lenilson; NASCIMENTO, Francisco.

Conceituação: PORTELA, Lenilson; NASCIMENTO, Francisco.

Curadoria de dados: PORTELA, Lenilson; NASCIMENTO, Francisco.

Escrita – Primeira Redação: PORTELA, Lenilson; NASCIMENTO, Francisco.

Escrita – Revisão e Edição: PORTELA, Lenilson; NASCIMENTO, Francisco.

Investigação: PORTELA, Lenilson; NASCIMENTO, Francisco.

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Modalidade de avaliação

Duplo-cega por pares.

Preprint

O artigo não é um preprint.



Contexto de pesquisa

Desenvolvida como desdobramento de pesquisa para escrita de dissertação de mestrado.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Flávia Varella – Editora-chefe

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Francine Iegelski - Editora executiva

Direitos autorais

Copyright © 2024 Lenilson Rocha Portela. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Histórico de avaliação

Data de submissão: 05 de abril de 2023

Data de alteração: 25 de janeiro de 2024

Data de aprovação: 05 de fevereiro de 2024

